



HEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Os “papéis velhos” na rede: manuscritos digitalizados e a leitura paleográfica

Elias Theodoro Mateus¹

Resumo: Este artigo procura sintetizar alguns pontos cruciais das técnicas de leitura e transcrição paleográfica. O conjunto das reflexões emerge da percepção de um fenômeno global muito recente, que consiste da digitalização e disponibilização em rede de importantes acervos documentais provenientes de diversas partes do mundo. Este fenômeno impactou profundamente a pesquisa com documentos manuscritos em diferentes áreas do conhecimento que se valem da Paleografia como ciência auxiliar. Não somente a pesquisa com manuscritos, mas também o ensino das técnicas de leitura e transcrição, nos cursos de humanidades, teve de lidar com as novas formas de acesso aos documentos manuscritos. Para estabelecer algumas considerações sobre leitura paleográfica, três manuscritos disponíveis *online* e utilizados em sala de aula foram selecionados. A partir de cada um deles, procedidos de diferentes contextos históricos e geográficos, procurou-se pensar a respeito da transformação da escrita e do alfabeto, e também do uso de determinados recursos, como as abreviaturas.

Palavras-chave: Paleografia; manuscritos digitalizados; escrita; abreviaturas.

Abstract: This paper aims to synthesize some key points of the reading techniques and palaeographic transcription. The set of reflections emerges from the perception of a very recent global phenomenon, which consists of digitizing and available online of important documentary collections from all over the world. This phenomenon has deeply impacted the research with handwritten documents in different knowledge areas that use the Palaeography as auxiliary science. Not only research on manuscripts, but also the teaching of techniques of reading and transcription in humanities courses, had to deal with new forms of access to handwritten documents. For establishing some considerations about palaeographic reading, three manuscripts available online and used in the classroom were selected. From each of them, preceded by different historical and geographical contexts, we tried to think about the transformation of the writing and the alphabet, and as well the use of certain features such as abbreviations.

Keywords: Palaeography; digitized manuscripts; writing; abbreviations.

Introdução

Em 1801, o príncipe regente de Portugal, D. João, expediu um alvará por meio do qual se tornou obrigatório o curso de Diplomática para todos os notários da Corte e dos funcionários da Torre do Tombo. Esta medida repercutia não somente os interesses da Coroa portuguesa por um maior cuidado dos tabeliães nos traslados de registros públicos, mas também ensejava o ensino de duas ciências auxiliares que, no século XIX, foram capitais para

¹ Mestrando na Universidade Federal de Ouro Preto. Contato: elias.theodoro@yahoo.com.br.

o desenvolvimento da ciência histórica: a Diplomática, propriamente dita, e a Paleografia. As bases desses dois campos de saber ganharam contornos mais expressivos com as obras *De re diplomatica* (1681) e *Palaeographia Graeca* (1708), dos padres beneditinos franceses Jean Mabillon e Bernard Montfaucon, respectivamente (GOMES, 1998). O cuidado em decifrar e interpretar adequadamente a escrita do passado foi incorporado à agenda metodológica dos pesquisadores. A partir de então, a Paleografia e a Diplomática passaram a compor o currículo de muitos cursos universitários da Europa nos séculos XIX e XX.

Ao longo do século XX, Paleografia e Diplomática foram cada vez mais ficando restritas ao quadro das disciplinas optativas, sobretudo, dos cursos de História, Letras, Arquivologia e Biblioteconomia. Nas últimas décadas, o fenômeno global da digitalização dos acervos históricos levou pesquisadores a repensar a relação com o documento manuscrito. Do ponto de vista conceitual, a própria noção de documento (unidade de informação constituída por uma mensagem fixada em um suporte) incorpora a linguagem digital para definir a relação entre a informação discursiva e o suporte da mensagem. Como o documento original permanece custodiado pela instituição do arquivo, o que os pesquisadores têm diante de si, no caso da digitalização, é um metadocumento, uma cópia digital do manuscrito original. A disponibilização *online* desses acervos colocou pesquisadores a um clique de um manancial de fontes, de possibilidade e de perspectivas para a pesquisa. O mesmo vale para a pesquisa e o ensino de Paleografia.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal, já disponibilizou boa parte de seu acervo documental (escrito e iconográfico) na rede. Através do Projeto Resgate, profissionais brasileiros empreenderam um significativo esforço para digitalizar e disponibilizar, através do site da Universidade de Brasília, os manuscritos referentes ao Brasil sob guarda do Arquivo Histórico Ultramarino. Também na página da British Library, os internautas encontram um vasto universo de documentos manuscritos, fontes essenciais para a história da Grã-Bretanha desde a Idade Média até a época contemporânea. Em escala planetária, a Biblioteca Digital Mundial mapeou, digitalizou e tratou arquivisticamente milhares de documentos preciosos para a história e a memória de diversas regiões do globo. No Brasil, não podemos esquecer, há alguns manuscritos disponíveis para consulta no *site* do Arquivo Público do Estado de São Paulo. O Arquivo Público Mineiro, por meio de sua plataforma digital, também disponibilizou a maior parte dos documentos da Seção Colonial. Também são imprescindíveis os acervos da Biblioteca Nacional, tanto do Brasil quanto de Portugal. No fim do artigo, cada uma destas páginas será referenciada.

Estas e outras instituições, ao redor do mundo, franqueiam gratuitamente o acesso às

cópias digitais de seus respectivos acervos para qualquer pessoa. Contudo, os metadocumentos impõem certos limites à análise paleográfica, se levarmos em consideração o moderno conceito desta ciência. Estuda-se não somente as características da escrita, mas também os instrumentos empregados para a produzir. A metadocumentação já é um tipo de edição, chamada de *fac-símile*. Portanto, não guarda em si todos os atributos do documento original. Elementos como a qualidade do papel, estado de conservação ou deterioração do mesmo, composição química da tinta empregada e entre outros ficam excluídos neste tipo de análise. Em alguns casos, quando os técnicos responsáveis pela digitalização incluem uma escala na cópia, é possível calcular a dimensão do fólio, da mancha de tinta e de cada uma das letras. O processo de digitalização também impacta a qualidade da cópia. Por exemplo, no Projeto Resgate (um trabalho meritório e hercúleo, por sinal), empregou-se a digitalização em alto contraste, polarizando a imagem em preto e branco. Como consequência, muitos fólhos não podem ser lidos, ou porque a tinta do original estava bastante esmaecida, ou porque na cópia não há diferença de tonalidade entre a mancha de tinta e os borrões e corrosões. Ou seja, não necessariamente a digitalização e produção de metadocumentos substitui a visita ao arquivo físico.

Mesmo com as limitações indicadas, tais acervos vastos e riquíssimos, uns mais conhecidos que outros, merecem ser cada vez mais explorados pelos pesquisadores de diversas áreas, inclusive para leigos que pretendem se iniciar no trabalho com fontes manuscritas. Neste artigo, reflete-se sobre o uso em sala de aula do ensino superior, nos cursos de História e Letras, das cópias de manuscritos disponibilizados nos *sites* de importantes arquivos estrangeiros, bem como algumas possibilidades de análise paleográfica desses mesmos manuscritos. Acredita-se que o conjunto das reflexões tecidas neste estudo possa estimular professores-pesquisadores a explorar estes novos recursos disponíveis, tanto em suas pesquisas quanto em sua prática docente.

O notário, a enfermeira e os viajantes: punhos para uma análise paleográfica

Fundamentalmente, pesquisadores têm conhecimento de um determinado manuscrito a partir das demandas de seus respectivos estudos. Exploram meticulosamente os arquivos atrás de informações que lhe são caras. No entanto, uma análise paleográfica vai muito além da busca por dados brutos. Ela “tem por objetivo informar as características dos documentos paleográficos, possibilitando uma virtual visualização dos aspectos que lhes são marcantes” (BERWANGER & LEAL, 2008, p. 107). Desde seus aspectos materiais até as análises dos

usos linguísticos de uma época, passando pelo contexto de produção, um manuscrito antigo oferece um manancial de possibilidades de pesquisa.

Crítérios para uma leitura paleográfica

No século XIX, na medida em que a história se tornava um campo de saber científico, as chamadas “ciências auxiliares” foram sendo incorporadas ao cotidiano de trabalho dos historiadores. Antes de iniciar a discussão sobre as operações analíticas na ciência histórica, Charles Langlois e Charles Seignobos (1949, p. 45) para quem o domínio da Crítica era o caminho entre a verificação material dos documentos e o conhecimento dos fatos, os autores da *Introdução aos estudos históricos*, manual que formou uma geração inteira de historiadores (inclusive Marc Bloch), reservaram um capítulo para tratar das “ciências auxiliares” da História². A Paleografia, a Filologia e a Diplomática estavam nas suas bases científicas, e a cada uma dessas “ciências auxiliares” correspondia uma etapa da leitura do texto manuscrito antigo: documento escrito, documento decifrado e documento inteligível, respectivamente.

Como aqueles autores partiam do documento para escrever a história, entendiam que a utilização deles requeria uma correta leitura. Aconselhavam a não decifrar os manuscritos, mas antes aprender a decifrá-los. No manual introdutório de Langlois e Seignobos (1949, p. 36), a definição de Paleografia consistia no “conjunto dos conhecimentos necessários para decifrar as inscrições e os manuscritos da antiguidade e da idade média”, o que era domínio também da Epigrafia³. Alertavam que os conhecimentos paleográficos deveriam fazer parte do rol de competências de um medievalista, por exemplo. No entanto, segundo estes autores, ainda havia muitos historiadores que se aventuravam nos manuscritos medievais iludidos por

² A primeira edição de *Introdução aos estudos históricos*, originalmente escrito em francês, é de 1898. As ciências auxiliares desempenharam um papel fundamental na constituição da historiografia positivista do século XIX. Tal corrente historiográfica se instalou em núcleos conservadores das universidades e sustentava uma pretensão de análise neutra da realidade passada, reafirmando sua “imparcialidade”. Tal fenômeno teve uma relação estreita com a concepção de Paleografia assumida por Langlois e Seignobos, isto é, conhecer e decifrar a escrita antiga. O documento, enquanto fonte, assumia a feição de uma testemunha fiduciária e, assim, a historiografia positivista incorporava o documento a fim de difundir uma visão factual e “antiquarista” do passado. Luís Reis Torgal (1981, vol. I, p. 3), ao estudar a concepção de ideologia na historiografia da Restauração portuguesa, de 1640, indica que, na realidade, as fronteiras entre a história ideológica (tão vivamente combatida pela nova concepção de ciência) e a história positivista eram bem mais fluidas que se supõe. A nova concepção de Paleografia, aquela que conjuga a crítica interna e a crítica externa do documento, aliou-se ao campo da Crítica Textual e permitiu, no início do século XX, uma nova configuração no quadro do desenvolvimento científico da pesquisa histórica e linguística.

³ Epigrafia é uma das ciências auxiliares da História responsável pelo estudo das inscrições gravadas sobre material duro, como madeira, rochas, ossos e metais. Com relação às moedas e às medalhas, também constituídas de material duro, a ciência especializada é a Numismática.

uma pretensa semelhança entre a escrita medieval e a moderna. A inobservância das regras da Paleografia por parte dos eruditos acarretava (e ainda acarreta!) erros gravíssimos de decifração, “suscetíveis algumas vezes de viciar fundamente as operações subsequentes de crítica e de interpretação” (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1949, p. 36).

Não só a correta interpretação dos grafemas⁴ era indispensável para a leitura integral e adequada do manuscrito, como também um conhecimento da linguagem empregada nas épocas pretéritas era fundamental. Vale lembrar que uma das características das línguas é que elas são dinâmicas e se transformam no tempo e no espaço. Os autores da *Introdução* destacavam a importância da Filologia para a correta interpretação dos textos do passado, pois muitos pesquisadores, por acreditarem que conheciam o latim clássico ou o francês moderno, poderiam interpretar da mesma forma, e segundo as mesmas regras formais, o latim antigo ou o francês medieval (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1949, p. 37). Quem se aventura na massa documental produzida no medievo ou na época moderna lusitana deve estar atento, igualmente, às manifestações linguísticas ali presentes, em função dos contextos social, cultural e linguístico em que o manuscrito foi produzido. Isso porque como toda língua sofre mudanças, é comum que a norma linguística de uma época pretérita não seja a mesma da época em que o manuscrito está sendo analisado pelo pesquisador.

A verificação da autenticidade e da legitimidade de um documento é o ponto final do triplo percurso, o qual marca a primeira etapa de leitura e reconhecimento de um texto manuscrito antigo. Para este fim, a Diplomática veio em socorro dos pesquisadores. Essa ciência se caracteriza pelo “corpo de doutrinas, de observações e de resultados, apto a facilitar a crítica dos diplomas e das cartas” (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1949, p. 38). Para Langlois e Seignobos (1949, p. 37), dois procedimentos técnicos estão na base da verificação de autenticidade dos documentos inteligíveis: o raciocínio e o saber. Raciocinar com os dados previamente coletados e condensados de pesquisas anteriores e, portanto, analisar o texto segundo seu contexto de produção e relacioná-lo com os hábitos da chancelaria que o expediu e com as características comuns às cartas que foram produzidas no período em análise. O domínio conceitual destas características representa o saber.

Marc Bloch (2001, p. 89), em seu *Apologia da História*, dá o exemplo de um dos mais famosos casos de recurso à Diplomática, que foi a descoberta por Lourenzo Valla da falsificação da Doação de Constantino. Contudo, as falsificações não são e nem devem ser alijadas dos estudos históricos, pois tais documentos são fundamentais para compreender em

⁴ Grafemas são as unidades gráficas de um sistema de escrita que, na escrita alfabética, correspondem às letras e aos sinais distintivos.

que medida tal recurso se fez necessário para legitimar determinados discursos. A falsificação do documento de Constantino é indispensável para se refletir acerca da legitimidade da cristandade em uma parte do Império Romano no momento de expansão política da religião. Ao longo do período medieval, as falsificações foram muito recorrentes e, em grande medida, viciaram muitas obras de historiadores medievais orientados pela supervalorização da autoridade da fonte (LEGOFF & SCHIMITT, 2006, p. 530). Nesse sentido, a Paleografia tem muito a contribuir, pois, por meio das características do punho do amanuense e das características materiais do suporte, o sujeito da transcrição e da edição pode identificar eventuais falsificações e, assim, oferecer um rico material para a produção de conhecimento histórico.

Embora possa parecer anacrônico recorrer a Langlois e Seignobos, expoentes do positivismo francês no final do século XIX, a escolha não é despropositada. Estes autores pensaram os campos científicos da Paleografia e da Diplomática em um contexto acadêmico no qual estas disciplinas se constituíram em cátedras universitárias. Desde a segunda metade do século XVIII, Alemanha e Itália se destacaram nos estudos paleográficos e diplomáticos. Ao longo do oitocentos, a mesma iniciativa foi tomada por França que, em 1821, incrementou tais cursos na École Royale des Chartes. Depois vieram Espanha (1838), Áustria (1854) e Inglaterra (1873) fechando o grupo (BERWANGER & LEAL, 2008, p. 19). Em Portugal, já no fim do século XVIII, ofertava-se regularmente a cadeira de Diplomática na Universidade de Coimbra, cujo lente titular era João Pedro Ribeiro (CRUZ, 1966, p. 208).

Como esses campos científicos do saber se tornaram disciplinas universitárias, os catedráticos responsáveis por elas legaram uma vasta produção, através da qual percebemos o desenvolvimento e o alcance destas matérias (MARQUES, 2011). Reflexões e análises que continuam sendo elaboradas no interior das universidades. O que nos leva a uma questão crucial para todos aqueles que lidam com o texto manuscrito antigo. Não basta apenas dominar a técnica de leitura e de transcrição. O moderno conceito de Paleografia abarca não apenas os aspectos intrínsecos à escrita, mas também o estudo dos meios materiais empregados para escrever (BERWANGER & LEAL, 2008, p. 16). Assim como todo exercício intelectual, a atividade requer do leitor-editor⁵ um domínio dos conceitos fundamentais da ciência com a qual opera, no caso, a Paleografia. Isso pode ser alcançado mediante o estudo de uma sólida bibliografia.

⁵ Utilizaremos a expressão “leitor-editor” para designar aqueles que lidam com o processo de leitura, transcrição e edição de manuscritos.

Além de uma bibliografia consistente, o leitor-editor deve também se amparar em trabalhos de edição de manuscritos anteriores. A partir deles é possível encontrar saídas para problemas que eventualmente possa vir a ter. Um desses trabalhos que foi utilizado em sala de aula é a proposta de edição semidiplomática do códice “Ofícios do vice-rei para o governador da capitania”, referente ao governo da capitania de Santa Catarina entre 1793 e 1798. A edição foi proposta por Cátia Schreiner no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da USP, apresentada em 2007. Schreiner seguiu as *Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil*, de 1998. Desta forma, orientou-se metodologicamente para uma transcrição conservadora. A opção da autora será discutida adiante. Feitas estas considerações, passemos aos manuscritos selecionados para algumas reflexões e análises paleográficas.

A escolha dos manuscritos

Entre os elementos que integram a apresentação final da edição de um manuscrito devem constar algumas informações relevantes sobre o manuscrito. É o que Berwanger e Leal (2008, p. 108) chamam de aspectos complementares da análise paleográfica: época em que o documento foi escrito; procedência do documento; relação autor/escrita (texto hológrafo ou idiógrafo); relação original/cópia; localização no arquivo. Informações como estas são indispensáveis para compreender o documento no seu todo, sobretudo para esclarecer determinados pontos que, sem esses dados, permaneceriam ignorados pelo leitor. Portanto, além dos aspectos paleográficos propriamente ditos do manuscrito, é preciso situá-lo também no tempo e no espaço.

Contudo, no atual contexto marcado pela profusão de acervos digitalizados, é preciso relativizar dois pontos sugeridos por Berwanger e Franklin Leal, pois redigiram o *Noções de Paleografia e Diplomática* em um momento bem anterior ao uso intensivo de metadocumentos. Primeiramente, porque estes não permitem um exame adequado do material empregado na escrita, como já vimos. O outro diz respeito à localização no arquivo. Ao referenciar uma fonte, é operante indicar também sua localização no universo digital por meio do URL⁶. Porém, a efemeridade de certos projetos que disponibilizam na rede os documentos digitalizados pode ser nociva à referência da fonte. Por inúmeras razões (problemas

⁶ Também deve ser indicada a data de acesso ao manuscrito. Contudo, neste artigo, não serão indicadas as datas específicas dos acessos, pois os manuscritos foram acessados em seus respectivos endereços virtuais em mais de uma ocasião entre o segundo semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2016. Inclusive, para a produção deste artigo, as páginas foram acessadas várias vezes, a fim de conferir se as páginas permaneciam no ar.

técnicos, corte de verbas no orçamento da instituição, modificação do endereço eletrônico, entre outros), muitos acervos digitalizados são retirados do ar. Destarte, reforçamos a ideia de que o metadocumento, ainda que represente avanços significativos para a produção de conhecimento científico em diversas áreas, não substitui a visita ao arquivo físico.

As reflexões tecidas neste artigo partem de três manuscritos, dois sob guarda da Torre do Tombo, em Portugal, e o outro da Biblioteca e Arquivos Nacionais de Québec. Todos estão digitalizados e disponíveis na rede para consulta gratuitamente. Os *links* para cada um dos documentos serão indicados nas referências, ao final do artigo, de modo que o(a) leitor(a) possa acompanhá-los na íntegra e, ocasionalmente, sugerir outras interpretações.

O primeiro corresponde ao processo movido pelo Tribunal do Santo Ofício contra a índia Íria Álvares, moradora na vila de Igarçu, capitania de Pernambuco, aberto em 18 de janeiro de 1595 e concluído em 7 de julho do mesmo ano. O processo se deu no âmbito da primeira visita do Santo Ofício à colônia americana, cuja comitiva foi chefiada pelo inquisidor Heitor Furtado de Mendonça. A comitiva aportou em Salvador em 1591, permanecendo até 1595, e representou um esforço da Inquisição de Lisboa (responsável pela vigilância nas colônias) de investigar e coibir práticas consideradas heréticas na América portuguesa (MOTT, 2010). Os trabalhos da visita ficaram restritos à Bahia (1591-93) e a Pernambuco (1593-95). No curso da segunda fase da visita, a “índia brasila”, como foi chamada no auto, a ré foi acusada de crenças gentílicas e superstições. O auto foi registrado quase que na totalidade pelo notário da comitiva, Manoel Francisco, em 20 fólios *recto* e *verso*. Atualmente, está sob guarda do Arquivo da Torre do Tombo, no fundo do Tribunal do Santo Ofício, na série Inquisição de Lisboa, processo registrado com o número 1335. Este manuscrito foi utilizado em sala de aula, no curso de história, para ensejar algumas discussões acerca da atuação do Santo Ofício durante o chamado período colonial. No âmbito da Paleografia, os arranjos de sua escrita nos interessam em razão do contexto ortográfico em que foi produzido, aspecto que abordaremos adiante.

O testamento de Jeanne Mance é o segundo manuscrito analisado. A testadora era uma enfermeira que estava entre os colonos franceses fundadores de Montreal, no Canadá, em 1642. Mance idealizou a criação do hospital Hôtel-Dieu de Montréal e supervisionou sua construção. Para isso, viajou duas vezes à França para angariar fundos. Inaugurado o hospital, ela recrutou religiosas do Hospital de São José para cuidar do seu projeto pessoal, e neste último permaneceu como administradora até o fim de sua vida, em 1673 (DEROY-PINEAU, 1995). O testamento foi redigido pelo notário Bénigne Basset, em fevereiro de 1672, sob o controle direto da própria testadora. No ano seguinte, pouco antes de falecer, Mance

acrescentou um codicilo ao testamento original, razão pela qual o manuscrito foi considerado hológrafo, sendo que se trata de um híbrido com um idiógrafo. Atualmente, o documento se encontra sob a guarda da Biblioteca e Arquivos Nacionais de Québec, no fundo do Distrito Judiciário de Montréal, série Registros Notariais, documento número 928. Ele também se encontra disponível para consulta na página da Biblioteca Digital Mundial.

A profusão de manuscritos digitalizados e acessíveis na rede permitiu aos internautas (utilizemos um termo genérico) conhecerem as histórias de outros povos e suas respectivas culturas. O uso do testamento de Jeanne Mance, nesse sentido, atende a esta demanda. Redigido em língua francesa, foi utilizado para demonstrar aos estudantes a importância de se conhecer outros idiomas, pois, frequentemente, os leitores-editores se deparam com excertos (ou mesmo textos inteiros) em francês, inglês, espanhol e latim. Além disso, consultar estes acervos digitalizados é uma via possível para se fortalecer o aporte teórico e metodológico dos estudos comparados.

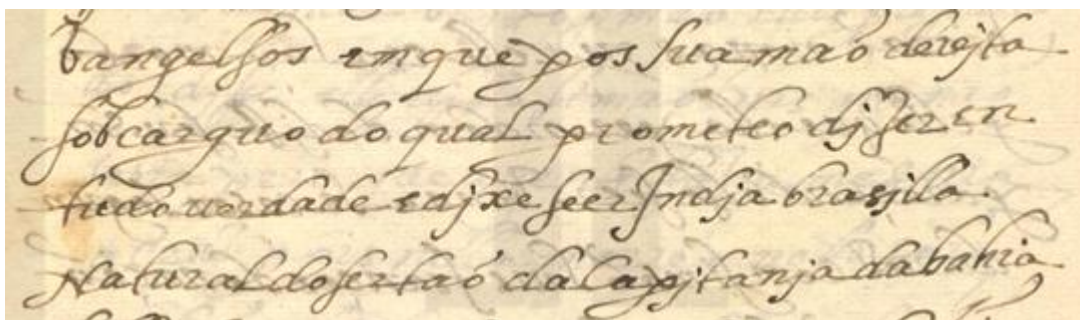
Por fim, o último manuscrito selecionado é o excerto de uma instigante descrição geográfica do litoral das capitanias do norte da América portuguesa, partindo de Natal até a cidade de Oeiras, na capitania do Piauí. Este texto é bem característico do período pombalino, em que a coroa portuguesa empreendeu uma série de expedições científicas para conhecer a geografia do Brasil (DIAS, 1968). O manuscrito apresenta quatro fólios, em *recto* e *verso*, e é apenas um fragmento do que parece ser uma descrição muito maior. Atualmente, se encontra sob guarda também da Torre do Tombo, no fundo do Tribunal do Santo Ofício, maço 8, documento 16. Em especial, foi selecionado por dois motivos imediatos: primeiro, pela miríade de possibilidades para a análise paleográfica; segundo, pelos desafios impostos ao paleógrafo em virtude da própria incompletude do texto, sobretudo pelo desconhecimento da datação e ignorar-se sua autoria. Como observado acima, uma das etapas da análise paleográfica consiste em situar o texto manuscrito no tempo e no espaço. Em alguns, tais informações são explícitas. Já em outros casos, como por exemplo essa descrição geográfica do século XVIII, os dados são obtidos através de pistas oferecidas pelo próprio texto, sejam elas gráficas, sejam de conteúdo.

Na descrição do documento oferecida pelos técnicos da Torre do Tombo, se diz: “Contempla a cópia de crônicas narrativas e descritivas do Brasil, posteriores à expulsão dos Jesuítas: abordagem do estudo das abelhas, da viagem marítima pelos portos dos sertões, dos povos, de episódios ocorridos em Pernambuco, da capitania do Maranhão, de aldeias habitadas por índios, nomeadamente a de Vila Viçosa Real, entre outros”. Duas passagens são decisivas para a identificação da data provável da viagem e da escrita. A primeira, no fl. 3v, se

encontra na descrição da população residente na Vila Viçosa Real, quando afirma que as informações de que dispõe “tudo consta pelos Livros | do Parrocos, os Iesuitas (q^{do}. os avia no mundo)”. A combinação destas duas informações permite deduzir que o texto foi escrito após 1759, pois neste ano foi erigida a dita Vila Viçosa Real no lugar onde ficava a aldeia de Ibiapaba, que até então estava submetida ao controle dos padres jesuítas. Estes, por sua vez, foram expulsos do reino e dos domínios ultramarinos portugueses naquele mesmo ano (MAIA, 2010, p. 221). Em outra passagem, no fôlio seguinte, o amanuense faz menção ao desmembramento da capitania do Piauí, estimando que, àquela altura, se contariam 10 ou 12 anos. Se nos orientarmos pelos eventos políticos que marcaram a história do sertão amazônico no Setecentos, e guiados pela informação de que o primeiro governo desta capitania se instalou em 1758, sediado na Vila de Mocha, é bem provável que o texto, portanto, tenha sido escrito entre 1768 e 1770.

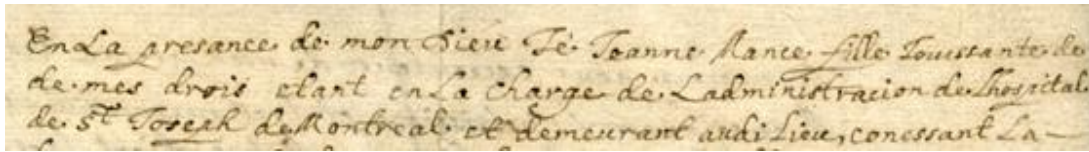
A seguir, apresentamos a reprodução fac-símile de excertos de cada um dos manuscritos. Antes, deve-se estabelecer um critério muito importante, que é o título de cada documento. Para fins didáticos, serão adotados os seguintes títulos: “Processo de Íria Álvares” (manuscrito 01); “Testamento idiógrafo de Jeanne Mance” (manuscrito 02); “Tratado descritivo das abelhas e viagem pelas capitanias do Norte após a expulsão dos jesuítas” (manuscrito 03). Outra orientação metodológica: a contagem das linhas é feita a partir da primeira linha da amostra, não sendo reiniciada a cada novo fôlio do documento. Feito esses pequenos adendos, prossegue-se com a observação geral de que os três manuscritos apresentam, com relação à escrita, características comuns entre si.

FIGURA 01: Excerto do manuscrito 01.



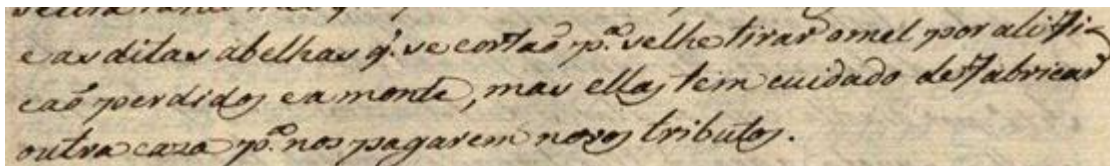
FONTE: ANTT/TSO/IL. Doc. 1335. “Processo de Íria Álvares [18 de janeiro de 1595]”, fl. 2r. Disponível em <http://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=2301224> > PT-TT-TSO-IL-28-1335_c0004.

- 12 vangelhos em que pos sua maõ derejta
- 13 sobcarguo do qual prometeo dizer en
- 14 tudo uerdade Edjxe seer Indja brasjlla
- 15 Naturaldosertaõ daCapjtanjadabahia

FIGURA 02: Excerto do manuscrito 02.

FONTE: Biblioteca e Arquivos Nacionais de Québec. Distrito Judiciário de Montreal. Doc. 928. “Testamento idiógrafo de Jeanne Mance [12 de fevereiro de 1672]”, fl. 1r. Disponível em http://pistard.banq.qc.ca/unite_chercheurs/description_fonds?p_anqid=201205181558522491&p_centre=06M&p_classe=CN&p_fonds=601&p_numunide=891172.

- 3 En La presance de mon Dieu Je Jeanne Mance fille Iouissante de
- 4 de mes drois etant en La charge de Ladministration de Lhospital
- 5 de S^T Ioseph de Montreal et demeurant audi Lieu, conessant La-

FIGURA 03: Excerto do manuscrito 03.

FONTE: ANTT/TSO. Mç. 8, doc. 16. “Tratado descritivo das abelhas e viagem pelas capitâneas do Norte após a expulsão dos jesuítas [s/d]”, fl. 1r. Disponível em <http://digital.arquivos.pt/viewer?id=4529803> > PT-TT-TSO-0008_m0095.

- 34 e as ditas abelhas q'. se cortão p^a. selhe tirar o mel por ali fi-
- 35 caõ perdidos ea monte, mas ellas tem cuidado de fabricar
- 36 outra caza p^a. nos pagarem novos tributos.

Cada um dos excertos apresenta sua individualidade gráfica. Contudo, há características comuns à escrita dos três amanuenses. Todos usam a escrita processada cursiva (as letras de um vocábulo são corridas e traçadas num só lance sem descanso da mão e apresentam ligação entre si); presença de maiúsculas e minúsculas; a escrita apresenta traçado horizontal e é classificada como destrógrada, isto é, orientada da esquerda para a direita.

É importante fazer mais algumas indicações de natureza metodológica. Em razão da extensão do processo contra Íria Álvares e por ser escrito a um só punho, optamos por selecionar uma amostra. Toda a análise foi feita a partir do conteúdo paleográfico contido entre os fólios 2r e 3v. O testamento de Jeanne Mance, por sua vez, foi redigido a dois punhos, a saber, o do tabelião Bénigne Basset e o da própria testadora. Primou-se pela análise exclusiva da escrita do notário, ou seja, do texto idiógrafo. Por fim, a crônica dos viajantes foi também redigida por dois amanuenses. Da mesma forma, optou-se por analisar apenas um dos

punhos, no caso o que redigiu a maior parte do texto.

Possibilidades de análise paleográfica

São vários os aspectos que podem e devem ser explorados em uma leitura paleográfica. Podem ser analisados na escrita o tipo de letra, a morfologia dos grafemas (se seguem a pautaçaõ tetralinear⁷), os *ductus*⁸, peso e ângulo dos traços, extensão dos grafemas, relação entre maiúsculas e minúsculas, características dos numerais, introdução de sinais diacríticos e de pontuação, separação ou junção de vocábulos, quantidade de punhos, entre outros (QUINTANILLA, 1997). Neste artigo, três aspectos foram eleitos para uma análise mais detida a partir dos manuscritos selecionados: a composição do alfabeto, o uso das letras ramistas e a ocorrência de abreviaturas.

Começemos pela análise do alfabeto. A moderna acepção de Paleografia compreende o estudo das escritas antigas, para compreender como elas se constituíram social e historicamente e, no plano prático, a ciência paleográfica procura capacitar leitores modernos para interpretarem adequadamente as escritas do passado (CAMBRAIA, 2005, p. 23). Até tomar a forma conhecida na época moderna, o alfabeto passou por um longo processo de evolução desde o semítico, passando pelo fenício, apropriado pelos gregos e disseminado na expansão de Roma na Antiguidade. Desde então, o alfabeto latino passou por inúmeras transformações e cada uma das fases tinha suas características gráficas próprias (HIGOUNET, 2003). A partir do século XV, a Europa conhecerá a escrita humanística, bem traçada, com letras arredondadas, na qual a minúscula prevalece sobre a maiúscula. Assim, popularizou-se a escrita humanística processada cursiva (HIGOUNET, 2003, p. 42). Portanto, conhecer as características mais gerais do alfabeto da época em que o manuscrito foi produzido é crucial para a correta leitura do texto manuscrito.

Antes de iniciar o processo de transcrição do manuscrito, o leitor-editor deve se familiarizar com o punho do amanuense. A partir de uma matriz comum do alfabeto de determinada época, cada escriba imprime suas próprias particularidades na sua escrita. Na época moderna, é possível encontrar uma profusão de manuscritos de um sem-número de

⁷ A pautaçaõ tetralinear é utilizada para medir e conformar a grafia das letras minúsculas, ao passo que as letras maiúsculas são conformadas pela pautaçaõ trilinear. A escrita alfabética obedece a uma pautaçaõ imaginária e se desenvolve dentro de quatro linhas paralelas entre si. O núcleo das letras minúsculas sempre se concentra entre as linhas intermediárias e podem se estender (ou não) para a superior como para a inferior. Já as letras maiúsculas sempre ocupam o espaço a pautaçaõ superior e a intermediária, nunca alcançando a linha inferior (CAMBRAIA, 2005, p. 113).

⁸ Na escrita, os *ductos* dizem respeito ao modo, direção, sequência e velocidade com que o traçado é feito sobre um determinado suporte.

punhos e cada um deles traz a marca do que poderíamos chamar de grafismos pessoais ou individualidade gráfica.

Recomenda-se ao leitor-editor que, no processo de familiarização, busque palavras de fácil identificação para observar as formas de cada letra e sistematizar o seu próprio alfabeto. Esta etapa requer critério e paciência na coleta e distribuição de cada uma das letras (FACHIN, 2008). Concluído, o alfabeto será um importante recurso para a leitura do manuscrito, facilitando a decifração de palavras que, até então, permaneciam desconhecidas. A sistematização de um alfabeto mais completo requer a coleta e a distribuição dos grafemas maiúsculos e minúsculos, estes em contextos inicial, medial e final. A seguir, apresentamos uma versão sintética, para que se tenha uma noção geral dos alfabetos de cada um dos três manuscritos selecionados para esta análise.

QUADRO 01: Alfabeto de cada um dos manuscritos.

Letra	Manuscrito					
	1595		1673		Séc. XVIII	
	Maiús.	Minús.	Maiús.	Minús.	Maiús.	Minús.
A						
B			---			
C						
D						
E						
F	---		---			
G	---		---			
H			---			
I						
J	---		---	---	---	
L						
M						
N			---			
O			---			

P						
Q	---		---			
R						
S		 	---			
T						
U	---		---		---	
V	---		---			
X	---		---		---	
Y	---		---		---	
Z	---		---		---	

Observe-se que nem sempre o alfabeto ficará completo, faltando-lhe alguns grafemas. Primeiramente, porque nem sempre o amanuense dispõe de todas as letras para compor seu texto. Mas também é possível que ele abraze mão de determinados grafemas, como é o caso das letras ramistas <j> e <v>, que trataremos adiante. Com relação às letras maiúsculas, é ainda mais difícil completar o quadro, pois elas aparecem em contextos lexicais muito específicos. Outro fator a se considerar, pelo menos no caso desta análise, é a amostragem. É possível que ao longo dos demais 18 fólios *recto* e *verso* do processo de Íria Álvares encontremos um <G> ou <F>. O mesmo não podemos dizer do testamento de Jeanne Mance, o qual foi analisado integralmente e, em sua curta extensão, não diversificou o uso de maiúsculas. O manuscrito do relato de viagem do século XVIII foi analisado na íntegra em seus quatro fólios *recto* e *verso* e foi possível praticamente completar o seu alfabeto. É importante destacar que sistematizamos o alfabeto apenas de um dos punhos que aparece neste último manuscrito.

Dois outros aspectos são pontos de divergência entre os paleógrafos: as letras ramistas e as abreviaturas. O cerne dos debates é se elas devem ser mantidas conforme o original ou se seus valores fonético e lexical, respectivamente, devem ser atualizados. Em 1990, uma comissão técnica se reuniu em São Paulo para discutir as diretrizes para normatização paleográfica, que entraram em vigor três anos depois. Na equipe estavam Antonio Houaiss, Heloísa Bellotto, Jaime Antunes da Silva, João Franklin Leal, Maria Helena Flexor, Roseli Stella e Yedda Dias Lima. Determinou-se que as letras ramistas seriam mantidas como no manuscrito e as abreviaturas não correntes deveriam ser desenvolvidas com acréscimo de um

grifo, o mesmo não sendo recomendado para as abreviaturas usuais na atualidade ou de fácil reconhecimento⁹. Contudo, cada editor, na medida em que conhece o manuscrito que transcreve, estabelece seus próprios critérios e os indica ao seu público. Não é incomum encontrar trabalhos que atualizem o valor grafemático das letras ramistas ou que desenvolvem as abreviaturas sem critérios adequados.

As letras ramistas <j> e <v> foram introduzidas no alfabeto através da *Grammaire Française* (1572), escrita por Pierre de la Remée, para diferenciar, nos novos sons da língua francesa, o uso consonantal do uso vocálico nos grafemas latinos <i> e <u>, respectivamente. A novidade, como marca da transformação da língua, se difundiu pelos Estados europeus que tinham o alfabeto latino como código de escrita. Contudo, durante toda a época moderna, os escribas escolhiam quais das variantes ramistas empregariam para grafar um vocábulo, conforme suas preferências. Essa escolha, aparentemente “caótica”, era feita entre os alógrafos (os diferentes tipos de grafia de uma letra) e não havia separação clara entre o emprego de <j> e <v> com valor vocálico ou <i> e <u> como consoantes (ARAÚJO, 2007, p. 13). No caso dos países de língua portuguesa, somente os primeiros acordos ortográficos normatizaram o uso das variantes ramistas conforme conhecemos atualmente. Com relação ao uso das letras ramistas, o processo inquisitorial de 1595 e o testamento de Jeanne Mance, de 1673, permitem uma análise muito interessante.

A redação do processo contra Íria Álvares feita pelo notário do Santo Ofício, Manoel Francisco, sugere que ele selecionou de modo aleatório qual das variantes ramistas seria empregada na escrita de cada palavra. Não há nenhum indício de que aquele notário tenha se guiado por um critério mínimo de sistematização das letras ramistas, cuja análise neste manuscrito, em particular, é muito significativa em virtude do estágio de desenvolvimento da língua portuguesa no momento em que foi produzido.

A história da ortografia da língua portuguesa é tradicionalmente dividida em três fases: fonética (sécs. XII-XVI), pseudo-etimológico (sécs. XVI-início do XX) e reformada (séc. XX em diante). O manuscrito de 1595 foi produzido, portanto, no contexto de transição entre as duas primeiras fases. A tendência de usar letras ramistas, mesmo que de forma “aleatória”, era uma característica da primeira fase, na qual letra escrita e oralidade tinham uma relação de proximidade. O intenso uso das letras ramistas neste manuscrito é um testemunho das estratégias de resistência às mudanças na língua escrita.

⁹ As regras do Arquivo Nacional para transcrição de manuscritos estão disponíveis em <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf>.

Para o par <i>/<j>, localizamos na amostra selecionada 80 ocorrências de variação, contra 67 do uso proposto por Ramée. Das 80 ocorrências de variações no par <i>/<j>, apenas quatro usaram o <I> no lugar de <J>: Ianr^o (l. 3), Iuramento (l. 11, l. 81) e Iuizo (l. 69). Estes casos se explicam pela força que a origem latina dessas palavras exercia no uso cotidiano, especialmente o judicial. Assim, “Iuramento” e “Iuizo” derivavam do radical *ius*, enquanto “Ianr^o” provém do latim *Ianuarius*, mês do calendário romano que homenageava o deus *Iano*. As outras 76 ocorrências dizem respeito à escolha do grafema <j>, sem qualquer critério aparente, para representar o som vocálico <i>. O uso indiscriminado de ora <i> ora <j> caracterizava o período fonético da história da língua portuguesa, que vai desde os seus primórdios, no século XII, até o século XVI. As variações que encontramos no manuscrito dão testemunho desse estágio da evolução da língua. Por exemplo: “djxe” (l. 14), “dixe” (l. 31, 73, 71) e “djSse” (l. 56); “bahia” (l. 15, 18, 19, 21, 30, 39, 41, 52) e “bahja” (l. 49).

O par <u>/<v> constitui um caso à parte. Não há ocorrência do grafema ramista <v> assumindo o valor fonético de <u>, somente este como representação de <v>. Existe a variação “ujlla” (l. 5) e “uerdade” (l. 14), por exemplo, mas nada como “qve” ou “fregvesia”. Assim, para as 28 ocorrências de <u> no lugar de <v>, temos a contrapartida de oito ocorrências do grafema <v> assumindo seu valor consonantal: “vjsitador” (l. 7), “Evangelhos” (l. 12), “veo” (l. 21), “veuua” (l. 25, 36), “vieraõ” (l. 34), “ouvjo” (l. 74) e “vjsjtador” (l. 83)¹⁰. As representações gráficas das conjugações do verbo “vir” apresentam variações entre si, segundo a lógica da escolha “caótica” do escriba, pois as formas “vieraõ” (l. 34) / “ujeraão” (l. 41) e “veo” (l. 21) / “ueo” (l. 48) coexistem no manuscrito.

As letras ramistas surgiram, como dito acima, no contexto linguístico francês. O testamento de Jeanne Mance, escrito um século depois de publicada a *Grammaire Française* de Pierre de la Rameé, é um bom exemplo das resistências às mudanças nas estruturas da língua francesa na passagem para o século XVII. Via de regra, o discurso testamentário é redigido na primeira pessoa do singular. O caso da língua francesa é muito oportuno para análise das letras ramistas e é justamente o pronome *Je*, na forma como conhecemos hoje, que indica, no testamento de Jeanne Mance, uma forma de resistência linguística. A forma atual *Je* é resultado da introdução da ramista <j>, pois antes se grafava como *ie*.

Ao longo do testamento, há 27 ocorrências do pronome na primeira pessoa do singular. Destas, dez com inicial minúscula e 17 com inicial maiúscula, das quais quatro

¹⁰ Portanto, nessa conta, excluímos os vocábulos em que <u> aparecia com seu valor vocálico e também os dígrafos.

fazem *elision* com os verbos que acompanham (ainda que desprovidos de sinal diacrítico)¹¹. A ramista <j> não aparece em nenhuma das ocorrências do pronome, o que igualmente não ocorre ao longo de todo o manuscrito. Isso pode ser verificado no Quadro 01, em que sistematizamos o alfabeto do punho de Jeanne Mance, e o grafema <j> inexistente.

Quando confrontamos o uso das letras ramistas em determinado manuscrito com o seu contexto de produção, é possível depreender sentidos implícitos. Em um primeiro momento, pode parecer ao leitor-editor muito confortável e até mesmo adequado o câmbio entre um e outro vocábulo, a fim de atualizar o seu valor fonético e tornar o vocábulo “mais inteligível” para os leitores atuais. Contudo, o mesmo leitor-editor não pode perder de vista que o que hoje nos soa estranho em outras épocas representava instituições, mentalidades e costumes culturais (COELHO, 1991, p. 126). Portanto, compreender o contexto de surgimento dos pares de ramistas remete a um estágio importante do desenvolvimento das línguas de matriz românica na Época Moderna.

No século XVI, o granadino Juan Vázquez del Mármol escreveu um breve tratado sobre as abreviaturas existentes nos manuscritos eclesiásticos tanto medievais quanto de sua época, fundamentalmente os espanhóis, e as sistematiza. No início do texto, o autor deixa clara sua posição avessa ao uso das abreviaturas, sendo que delas era “muy enemigo” (HERRERO, 1993: p. 194). Inimigas ou amigas, elas existiam e, invariavelmente, constituem um problema com o qual os leitores de manuscritos antigos devem lidar. Os dicionários de abreviaturas são uma ferramenta muito útil para aqueles que lidam com textos manuscritos antigos. É inegável a contribuição do hercúleo trabalho de Maria Helena Flexor. Dos manuscritos que selecionamos, o processo da índia brásila e o *Tratado descritivo* oferecem elementos muito interessantes para análise das abreviaturas.

As abreviaturas encontradas nos manuscritos são classificadas em quatro tipos, basicamente: sigla, quando uma letra maiúscula sozinha representa a palavra completa; síncope (contração), ocorre na supressão de letras no meio do vocábulo; apócope (suspensão), quando falta o final da palavra; letras sobrescritas, mantém-se o início da palavra e se coloca em suspensão a parte final (FLEXOR, 2008, p. 14).

A classificação da abreviatura “q.” é objeto de controvérsias entre os maiores especialistas. Segundo Ana Berwanger e Franklin Leal (2008, p. 92), ela é considerada uma sigla, uma vez que a palavra é representada por sua letra inicial. Já para Maria Helena Flexor

¹¹ *Elision* é um fenômeno linguístico da língua francesa em que a vogal final é suprimida ante uma palavra também iniciada por vogal ou por /h/ mudo. Ocorre com o artigo “le” e o pronome “je”. Exemplos: l’ami (le + ami = o amigo); j’arrive (je + arrive = eu chego).

(2008, p. 13), “as siglas são letras maiúsculas do alfabeto que sozinhas representam palavras completas e das quais são a inicial”. No caso das apócope, os primeiros indicam que elas ocorrem quando se corta o final da palavra ou da sílaba. Quanto ao último ponto, Flexor discorda, pois, segundo a autora, a supressão de letras no meio do vocábulo constitui uma síncope. Se no vocábulo “que”, também classificado como monossílabo, se corta o final da palavra (e da única sílaba), por lógica se trata de uma apócope e não de uma sigla, como sugerem Berwanger e Leal. Este vocábulo também pode ser encontrado na forma abreviada por letra sobrescrita “q^e” (FLEXOR, 2008, p. 341).

O Quadro 02 apresenta exemplos de cada uma delas existentes nos manuscritos do *Tratado descritivo* e do processo de Íria Álvares.

QUADRO 02: Tipos de abreviaturas e exemplos

Tipo de abreviatura	Abreviatura	Forma plena modernizada
Sigla	D. S. M. S.	Dom Sua Majestade São/Santo
Síncope	sor ^o . ferz ^o .	senhor Fernandes
Apócope	q ^e . Gov. fol.	que Governador folha
Letras sobrescritas	grand ^{mas} m ^{to} q ^{do} v ^s n ^{ais} fazd ^{as} B ^a	grandíssimas muito quando Vinténs naturais fazendas Bahia

Antes que os romanos popularizassem as abreviaturas, os gregos já dispunham de um sistema abreviativo (se é que podemos dizer que o uso das abreviaturas comportava um sistema propriamente dito), como identificou Vázquez del Mármol. O código Justiniano proibiu o uso das abreviaturas nos documentos jurídicos. Contudo, os amanuenses do século IX as redescobriram e foram muito usuais até o século XIII, quando providências legais foram tomadas para coibir seu uso (BERWANGER & LEAL, 2008, p. 92). No século XVI, Mármol sistematizou algumas abreviaturas que encontrava nos manuscritos eclesiásticos, grafados tanto em estilo gótico quanto em letra humanística. Antes de elencá-las, redigiu um breve

tratado no qual teceu comentários gerais sobre as impressões que tinha das abreviaturas em sua época. Não tinha o objetivo de ensinar a produzi-las. Pelo contrário, aconselhava vivamente que as evitassem, pois eram “causa de muita confusão e dano”, uma vez que cada escriba tinha seu próprio critério de abreviação das palavras (HERRERO, 1993, p. 229).

Pela falta de homogeneidade na produção de abreviaturas, muitas autoridades em diversas partes da Europa proibiram seu uso em documentos oficiais. No século XIX, o jurista português José Homem Correa Telles (1830, p. 6) afirmava que elas eram proibidas pelas Ordenações Filipinas. Contudo, em nenhum dos títulos que legislavam sobre os ofícios de escrivão e tabelião se determinava tal proibição. Determinava-se que os amanuenses não truncassem a escrita, nem que a fizessem prolixa, atendendo, destarte, aos objetivos de um registro de natureza pública¹². Talvez, por interpretar a legislação portuguesa orientado pela experiência negativa que muitos juristas tinham com as abreviaturas, Telles recomendava aos notários abolir o uso de abreviaturas, antevendo futuros problemas de leitura e interpretação.

Desta maneira, as abreviaturas que aparecem no manuscrito de Manoel Francisco, com relação a outros manuscritos da época, não eram de difícil compreensão, especialmente porque o contexto não gerava ambiguidade. À exceção da abreviatura por letra sobrescrita “test^o” (l. 1) que, entre os séculos XVI e XIX, poderia ser “testemunho”, “testamento” ou “testamenteiro” (FLEXOR, 2008, p. 400), e “tr^o” que poderia, nos séculos XVI e XVII, ser “termo” ou “trigo” e, no XIX, aparece como forma abreviada de “tesoureiro” (FLEXOR, 2008, p. 405). No contexto em que aparecem (depoimento e conclusão), dificilmente poderiam significar “testamento”/ “testamenteiro” e, menos ainda, “trigo”.

Parece que Manoel Francisco utilizou com parcimônia as abreviaturas, uma vez que as demais utilizadas eram recorrentemente utilizadas e, amiúde, faziam parte do linguajar jurídico: Ianr^o (l. 3), sor^o (l. 7, 35, 58, 62, 83), s^{to} (l. 7, 84), offj^o (l. 7, 11, 38, 84), frêz (l. 24), Ant^o (l. 46), q^o (l. 60), fr^{co} (l. 84, 86) e notr^o (l. 84). Foram, portanto, vinte ocorrências de abreviaturas nos dois fólios *recto* e *verso* selecionados para esta análise, o que é considerado uma quantidade reduzida. Observa-se, por exemplo, apenas uma abreviação do pronome “que”, o qual, ao lado da preposição “para”, é o vocábulo mais abreviado nos manuscritos. Em termos absolutos, há 31 ocorrências da forma plena de “que” contra apenas uma

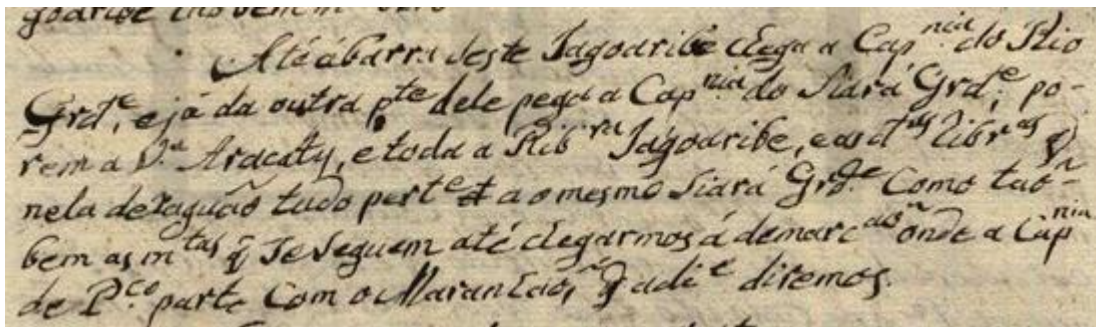
¹² Ordenações Filipinas, Liv. 1, tit. 79, § 2. José Homem Correa Telles escreveu *Manual do Tabelião* no início do século XIX baseado nas Ordenações. No que se referia às abreviaturas, ele se remeteu ao Liv. 1. Tit. 78, § 5. Contudo, a leitura deste título, especificamente, não sustenta esta interpretação. Somente seria possível pensar em uma restrição ao uso das abreviaturas se, no entender da legislação, elas fossem consideradas algum tipo de truncamento da escrita, pois algumas poderiam ser desconhecidas por outro público leitor, comprometendo, por vezes, a leitura e a interpretação no correr de trâmites judiciais e administrativos do reino. Ordenações Filipinas, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>.

abreviatura. Destacamos que 13 das abreviaturas na amostra são do tipo por letras sobrescritas, seis se formaram por síncope e apenas uma se classifica como apócope.

Já no *Tratado descritivo*, abundam as abreviaturas. Encontramos algumas ocorrências de siglas, um considerável número de apócope do vocábulo “que” e uma maioria esmagadora de abreviaturas por letras sobrescritas. Como vimos anteriormente, o texto foi escrito a dois punhos. O segundo utilizou com mais recorrências as abreviaturas que o primeiro. Para decifrar uma abreviatura desconhecida, muitos leitores-editores recorrem ao contexto, o meio mais eficiente. Contudo, nem sempre o amanuense abreviava determinado vocábulo de forma inteligível, fosse pelo desenho disforme de sua letra, fosse pela ausência de um padrão de composição. Isso limita, em certa medida, o uso do contexto. E, por outro lado, se os dicionários funcionam como excelentes instrumentos de auxílio, são também obras incompletas, pois há ainda muitas abreviaturas não identificadas em meio a volumosa massa documental produzida ao longo das épocas medieval e moderna.

A análise das abreviaturas, portanto, é um ponto que requer muita atenção, pois uma simples inferência compromete toda a interpretação do manuscrito, especialmente quando já se atingiu um tal nível de familiarização com o punho do escriba que a leitura tende a ser automática. Uma leitura paleográfica não comporta, de forma alguma, a leitura automática. O tipo de habilidade cognitiva exigido na paleografia é a leitura decifratória e interpretativa, isto é, aquela que requer maior atenção e esforço do leitor, pois se lida com um “novo” código de língua escrita, no caso, a língua do passado com todas as suas especificidades e idiossincrasias.

É por esta razão que, via de regra, todos os paleógrafos falam em “dificuldades da leitura paleográfica”. Não é uma simples lamúria. Pelo contrário, é uma advertência sobre os cuidados metodológicos na escolha dos critérios de leitura. Afinal, trata-se de um outro código de linguagem, fruto da própria definição de paleografia (leitura e decifração de textos manuscritos antigos, isto é, textos escritos segundo uma estrutura linguística diferente da atual). As abreviaturas representam, de forma muito emblemática, essas dificuldades de leitura paleográfica. Hoje, elas são utilizadas em reduzida escala. Porém, no passado, foram comuns na redação dos textos, sobretudo por suas condições de produção, especialmente em se tratando do aparato material (FLEXOR, 2008, p. 12). Tomemos como ponto de partida um excerto do *Tratado descritivo* para dar sequência à reflexão.

FIGURA 04: Excerto do manuscrito 03.

FONTE: ANTT/TSO. Mç. 8, doc. 16. “Tratado descritivo das abelhas e viagem pelas capitâneas do Norte após a expulsão dos jesuítas [s/d]”, fl. 2v. Disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4529803> > PT-TT-TSO-0008_m0098.

- 150 Até ábarra deste Iagoaribe chega a Cap^{nia} do Rio
 151 Grd^e, e já da outra p^{te} dele pega a Cap^{nia} do Siará Grd^e; po-
 152 rem a V^a. Aracaty, e toda a Rib^{ra} Iagoaribe, e as dt^{as} Ribr^{as} q’
 153 nela dezagaão tudo pert^e & ao mesmo Siará Grd^e. como taõ-
 154 bem as m^{tas} q’ se seguem até chegarmos á demarc^{ão} onde a Cap^{nia}
 155 de P^{co}. parte com o Maranhão, q’ adi^e diremos.

Optamos por apresentar este parágrafo em sua edição fac-símile (isto é, o metadocumento em si) e uma proposta de edição conservadora. Segundo as normas de transcrição do Arquivo Nacional, o editor deve desdobrar as abreviaturas, grafando em itálico a parte abreviada. Cap^{nia}, por exemplo, seria transcrito como Capitania, Grd^e como Grande, p^{te} por parte, V^a por Vila e assim por diante. Talvez, num primeiro momento “pert^e” gerasse alguma dúvida que, em seguida, é sanada pelo contexto e o leitor-editor pode compreendê-la como “pertence”.

A pergunta que paira no ar é: em que medida essa orientação se coaduna à proposta de uma transcrição conservadora? É evidente que a edição depende muito do objetivo a que ela se propõe. Desdobrar abreviaturas e adequar o uso das letras ramistas são meios de tornar inteligível o texto do passado para os leitores do presente. Contudo, estas já se configuram como uma interferência no texto original. Para um estudioso da Linguística Histórica, por exemplo, o desdobramento da abreviatura pode comprometer o resultado final de sua análise. Em suma, o desdobramento da abreviatura deve ser indicado, na edição, com a maior clareza possível.

Por outro lado, mesmo que seja grafada a parte desdobrada em um vocábulo, da parte das letras sobrescritas, quando este é o caso, não se destacam suas particularidades. Não há uma normatização oficial que estabeleça os critérios para o desdobramento de abreviaturas

por letras sobrescritas. Tomemos a abreviatura “P^{co}” para criar uma regra. A parte abreviada será grafada em itálico e as letras sobrescritas deverão ser sublinhadas. O vocábulo será apresentado, na edição, como “*Pernambuco*”.

Algumas correntes interpretativas sugerem que o desdobramento das abreviaturas deve ser orientado por variantes apresentadas pelo próprio texto manuscrito. Cátia Schreiner (2007, p. 23), por exemplo, orienta-se por esta norma. O que parece ser adequado para conhecer o estado da língua no passado, com algumas ressalvas. Por exemplo, no fl. 2r, l. 5, do manuscrito 03, o vocábulo é grafado na forma plena como “Pernanbuco”. Diferente do atual padrão ortográfico, segundo o qual a nasalização antes de <p> e é grafada com <m>. No processo da *índia brasila*, a mesma palavra apresenta duas variantes: “Pernabuqo” e “pernaõbuco”, ainda que estas duas formas tenham sido grafadas por punhos distintos. Em suma, em se tratando de abreviaturas, é preciso deixar bastante claro qual critério está sendo seguido, pois todos apresentam alguma fissura.

À guisa de uma conclusão

Por mais que uma cópia digital de determinado manuscrito esteja disponível na rede – e isso é um avanço bastante significativo no quesito acessibilidade à informação – não significa necessariamente que todos estejam aptos à leitura paleográfica. Como alertavam Langlois e Seignobos (e mesmo os precursores desta ciência no século XVII), antes de propor a edição de um manuscrito, o sujeito da transcrição deve se submeter a uma iniciação paleográfica. Conhecer seus fundamentos, métodos e técnicas é crucial para a apresentação final de um produto de qualidade, pois a imperícia de muitos transcritores acarreta em erros bastante perniciosos que, por sua vez, comprometem a produção do conhecimento científico.

A leitura e a edição de um manuscrito antigo não têm um fim em si mesmo. A transcrição é sempre destinada a um público específico, ou mesmo públicos diversos. Isso nos remete aos usos acadêmicos, sociais e culturais que se fazem de um texto editado. O leitor-editor, entendido aqui como o sujeito da transcrição, deve ter consciência do público ao qual se remete. Por exemplo, se a transcrição se destinar a um estudo de Linguística Histórica, por exemplo, ela deve seguir as normas de uma transcrição conservadora, também chamada de diplomática ou paleográfica. Já no caso de um público formado por historiadores, nos últimos anos, se tem adotado a transcrição modernizada, ou seja, são atualizadas a ortografia e a pontuação conforme os padrões atuais da língua. Contudo, alguns historiadores (sobretudo no âmbito da historiografia portuguesa) ainda se valem da transcrição conservadora ou da semi-

diplomática (alguns vocábulos são mantidos como no original, atualizam-se aqueles que geram ambiguidades e também a pontuação). Se o objetivo é atingir o grande público, recomenda-se a transcrição modernizada, de modo que o conteúdo seja maximamente inteligível para todos.

No fim das contas, a consciência que se requer do sujeito da transcrição é a de que seu trabalho é autoral e, portanto, interpretativo. Assim, a melhor alternativa para escapar de uma pretensa transcrição com um fim em si mesmo é indicar, com clareza, ao destinatário do texto editado todos os procedimentos técnicos e as escolhas metodológicas adotadas para a realização do trabalho de transcrição. Além disso, contextualizar é fundamental. Uma breve apresentação do manuscrito sob a forma de estudo crítico, junto à descrição dos procedimentos, auxilia o leitor na compreensão mais ampla. Afinal, o próprio texto tem a sua história.

Na prática docente, estas etapas também constituem o planejamento de uma aula de Paleografia. O iniciando precisa ter uma dimensão clara do manuscrito a ser editado, a sua procedência arquivial, assim como sua historicidade. Percorrer o olhar por um manuscrito antigo, ao mesmo tempo que é algo exaustivo, é também uma atividade fascinante. O desenho de um grafema, corriqueiro, por vezes, quando analisado pelo prisma paleográfico revela um universo escondido nas entrelinhas. Por que um <j> quando ali deveria estar um <i>? Perguntas como estas ecoam entre os iniciandos de Paleografia já nas primeiras lições. Marcas indeléveis do processo de transformação de uma língua, podemos dizer.

Com esta iniciação, aspirantes a paleógrafos e paleógrafas começam a desenvolver e aprimorar a consciência de que seu trabalho é interpretativo e que, portanto, têm uma parcela de responsabilidade muito grande na produção de conhecimento científico. Malgrado os “descaminhos e dificuldades”, o trabalho final é bastante compensador. Penso nos estudantes que passaram pelas três etapas de leitura do manuscrito *Tratado descritivo das abelhas*: decifraram a escrita, inferiram uma provável data de produção do texto e, por fim o submeteram à crítica histórica. No fim do percurso, tiveram alguma clareza do universo de seus autores, que, viajando a serviço da coroa Portuguesa, projetaram no mundo das abelhas as hierarquias próprias da sociedade de Antigo Regime.

Atualmente, professores, pesquisadores, estudantes e curiosos estão a um clique de uma infinidade de documentos manuscritos digitalizados e disponibilizados na *Internet* por instituições públicas e privadas. Este fenômeno é característico do processo em curso de democratização do acesso à informação. É possível conhecer, assim, a sua própria história e a história de outros povos, culturas e das línguas em que os seus respectivos textos foram

escritos. Por esta razão, não parece inapropriado afirmar que a Paleografia é também uma ciência calcada na ideia de alteridade. Através de seus métodos e técnicas, os leitores modernos acessam o universo do outro selado pela marca da anterioridade. Outras grafias, outras formas de escrever, outros meios empregados na escrita, outras formas de viver e de sentir o mundo.

Fontes manuscritas digitalizadas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Tribunal do Santo Ofício. Inquisição de Lisboa, doc. 1335. “Processo de Íria Álvares [18 de janeiro de 1595]”, 20 fls. Disponível em <http://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=2301224>.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Tribunal do Santo Ofício. Maço 8, doc. 16. “Tratado descritivo das abelhas e viagem pelas capitanias do Norte após a expulsão dos jesuítas [s/d]”, 4 fls. Disponível em <http://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4529803> > PT-TT-TSO-0008_m0095 até PT-TT-TSO-0008_m0102.

Biblioteca e Arquivos Nacionais de Québec. Distrito Judiciário de Montreal. Doc. 928. “Testamento idiógrafo de Jeanne Mance [12 de fevereiro de 1672]”, 1 fls. Disponível em http://pistard.banq.qc.ca/unite_chercheurs/description_fonds?p_anqid=201205181558522491&p_centre=06M&p_classe=CN&p_fonds=601&p_numunide=891172.

Referências

ARAUJO, Paula Held Lombardi. *As letras ramistas em dois roteiros de viagem do século XVIII*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da USP, 2007.

BERWANGER, Ana Regina & LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de paleografia e diplomática*. 3ª ed. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Tradução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMBRAIA, César. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COELHO, Maria Helena da Cruz. “A Diplomática em Portugal: balanço e estado actual”. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, vol. 26, 1991, p. 125-155.

CRUZ, António. “Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal”. Porto, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 1966, p. 173-233.

DEROY-PINEAU, Françoise. *Jeanne Mance: de Langres à Montréal, la passion de soigner*. Québec: Éditions Bellarmin, 1995.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, vol. 278, jan./mar. de 1968, p.105- 170.

FACHIN, Phablo. *Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2008.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

GOMES, Saul António. “Anotações de Diplomática eclesiástica portuguesa”. *HVMANITAS*, vol. 50, 1998, p. 625-646.

HERRERO, Carmen Olmedilla. “La ciencia paleográfica hispano-latina en el siglo XVI: edición y valoración de las Abreviaturas de Juan Vázquez Del Mármol”. *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios latinos*, Madrid, vol. 4, 1993, p. 191-232.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. Tradução. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

LANGLOIS, Charles & SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. Tradução. São Paulo: Ed. Renascença, 1949.

LEGOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Paul. Tradução. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

MAIA, Légio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, 2010.

MARQUES, José. “A Paleografia e a Diplomática na Faculdade de Letras de Coimbra”. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, vol. 42, 2011, p. 285-311.

MOTT, Luiz. *Bahia: inquisição e sociedade*. Salvador: EDUFBA, 2010.

QUINTANILLA, Blas Casado. *Láminas de la cátedra de paleografía y diplomática*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1997.

SCHREINER, Cátia. *Edição semidiplomática de documentos manuscritos catarinenses do século XVIII*: Livro de “ofícios do vice-rei para o governador da capitania” (1793-1798). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da USP, 2007.

TELLES, José Homem Correa. *Manual do tabelião ou ensaio de jurisprudência eurenática*. Lisboa: Imprensa Régia, 1830.

TORGAL, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Vol. I. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981.

Relação de sites

Arquivo Histórico Ultramarino: <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>

Arquivo Nacional da Torre do Tombo: <http://digitalq.arquivos.pt/>

Arquivo Público do Estado de São Paulo: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/>

Arquivo Público Mineiro: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>

Biblioteca Digital Mundial: <https://www.wdl.org/pt/>

Biblioteca Nacional de Portugal: <http://www.bnportugal.pt/>

Biblioteca Nacional do Brasil: <https://www.bn.br/>

British Library: <http://www.bl.uk/manuscripts/>